

---

## ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA LEITURA DE GUNNAR MYRDAL: UMA ANÁLISE DE SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE ATUAL

---

William Gledson e Silva <sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo teve o objetivo de analisar os conceitos de Estado e políticas públicas com base na leitura de Gunnar Myrdal, estabelecendo uma relação com as literaturas de ciências políticas e teoria econômica. Metodologicamente, usou-se uma revisão de literatura e a pesquisa teve caráter explicativo. Os resultados alcançados mostraram que Gunnar Myrdal apresentou diversas contribuições teóricas, reservando para o plano do Estado e políticas públicas a necessidade da vinculação de sua reflexão em relação a determinados aspectos nas literaturas de ciências políticas e economia.

**Palavras-Chave:** Estado; Políticas Públicas; Gunnar Myrdal.

### STATE AND PUBLIC POLICIES IN THE READING OF GUNNAR MYRDAL: AN ANALYSIS OF HIS MAIN CONTRIBUTIONS TO CURRENT ANALYSIS

**ABSTRACT:** This paper had the objective to analyzing the State and public policies concepts based in the Gunnar Myrdal reading, establishing a relationship with the political sciences and economic theory literatures. Methodologically, it used a literature review and the research had explanatory character. The results the achieved Showed that Gunnar Myrdal presented various theoretical contributions, reserving to the State plan and public policies the need to link your reflection in relationship to certain aspects in the political sciences and economy literatures.

**Keywords:** State; Public Policies; Gunnar Myrdal.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo, por sua vez, preocupa-se em situar o leitor no plano do conceito de Estado e a compreensão das políticas públicas, tendo como parâmetro de discussão algumas contribuições provenientes de Gunnar Myrdal, notadamente a

---

<sup>1</sup> Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, doutorado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pós-doutor em ciências sociais Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

partir de escritos consagrados na literatura tangente às ciências políticas e teoria econômica, atribuindo aspectos singulares ao aqui proposto.

Inicialmente, o autor destacado preconiza uma análise bastante própria enquanto exame da realidade social, política e econômica, trazendo ao terreno metodológico produto de seu pensamento manifesto na aceitação da causação circular e acumulativa, sendo tal conceito central para balizar as interpretações firmadas nos textos desenvolvidos por Myrdal, cuja tentativa é fazer uma incursão pela reflexão do autor e enxergar essas indicações atualmente, respeitando os tipos de problemas existentes hoje na economia, política e sociedade.

De fato, Myrdal (1960) sustenta que a causação circular e acumulativa significa admitir uma acumulação tendencial em termos das consequências encadeadas nas diferentes dimensões econômicas, sociais e políticas, isto é, quando ocorre uma tendência ao processo de assimetria de qualquer natureza, na verdade, não há possibilidades de reverter o movimento no sentido de um novo equilíbrio e sim ampliar as diferenças.

De fato, Hicks (1988) apresenta a ideia de equilíbrio em economia, ou seja, o autor propõe haver tendências ao movimento de convergência via forças de mercado mediante o ajuste da oferta e demanda através do sistema de preços, quer dizer, os distintos tipos de mercado, a exemplo dos bens e serviços, fatores de produção, até mesmo os ativos financeiros seguem a lógica de equilíbrio a ser alcançado no curto, médio ou longo prazos.

A hipótese da causação circular e acumulativa, a rigor, problematiza o princípio do equilíbrio via entendimento do alargamento acumulativo das diferenças entre as faces dos vários mercados, classes sociais, grupos políticos, dentre outros, isto é, Myrdal (1960) assevera uma modificação metodológica relevante no sentido de interpretar os distintos objetos que ele se propõe a discutir, cuja pesquisa em curso busca recuperar em linhas gerais.

Os trabalhos de Gunnar Myrdal relacionados com “Perspectivas de uma economia internacional” e “O valor em teoria social”, via de regra, revelam adequados exemplos da hipótese anteriormente enfatizada, ou seja, os países mundo a fora e os grupos ligados ao contexto racial, peculiarmente, tendem a ampliar as diferenças cumulativamente, demonstrando a validade conceitual descrita até então no ensaio postado nestas páginas.

O significado desses aspectos, categoricamente, imputa à análise de Myrdal a ideia de que cada movimento acumulativo reforça os ciclos favoráveis ou desfavoráveis, em outras palavras, caso haja plausibilidades comportamentais ocorre o fortalecimento do cenário salutar e, contrariamente, acentua as inadequações nos diversos contornos para os quais o pensamento do autor supracitado pode admitir, seja em um contexto econômico internacional, ou no exame de determinados problemas sociais.

Extrapolando tais limites analíticos até então focalizados, torna-se cabível tecer o relacionamento dos mencionados elementos diante da compreensão de Estado, sendo esse capaz de formular políticas públicas como reverberações sobre a economia e a sociedade, comprovando, ao menos em termos específicos, uma tendencial possibilidade de que o Estado venha a produzir ganhos nas áreas antes sinalizadas, a exemplo do favorecimento dos mercados.

Assim, Myrdal (1960) assume que as políticas praticadas pelo Estado promovem beneficiamentos ao desenvolvimento do mercado, quer dizer, a política econômica manifesta nas dimensões monetária, fiscal e cambial, claramente, parte de ações do setor público no sentido da ampliação dos ganhos do capital, tornando possível relacionar essa leitura com diversos outros autores passíveis de vincular Gunnar Myrdal diante das interpretações por eles realizadas.

Com efeito, O'Connor (1977), Poulantzas (1977; 1980), Offe (1984) e Brunhoff (1985), a rigor, denotam dentre tantos outros que a forma de examinar a economia capitalista requer o enquadramento de multiplicidades de entendimentos para haver análises mais robustas, ou alternativamente, engendrar a política pública deve partir de um cenário no qual tal corolário esteja situado no campo das correlações das forças políticas, geralmente no interior do Estado.

Nesse sentido, O'Connor (1977) contribui a esta discussão na perspectiva de que há uma assimetria orçamentária em termos da composição desse, vinculando tais traços com as chamadas políticas de acumulação e legitimação, respectivamente relacionadas ao capital e a força de trabalho. Já Poulantzas (1977; 1980) e Offe (1984) sublinham haver diferenciações de classe, produzindo repercussões importantes no âmbito político no interior do Estado e, conseqüentemente, rebatimentos nas políticas repousantes sobre a economia e sociedade.

Acrescente-se, via de regra, que Brunhoff (1985) apresenta como conceito de política econômica a ideia da gestão estatal da moeda e da força de trabalho, sistematizando uma significativa forma de relacionamento entre distintas literaturas enquanto procedimento metodológico existente neste ensaio, viabilizando contornos capazes de delinear a hipótese central do estudo essencialmente teórico e aqui apontado.

De fato, a hipótese central do artigo sustenta que Gunnar Myrdal evidencia elementos teóricos relevantes para que se compreenda os conceitos de Estado e políticas públicas, possibilitando relacioná-lo diante das diferentes literaturas no sentido de vincular seu pensamento e os aspectos da teoria econômica e ciências políticas.

As motivações a este ensaio, categoricamente, repousam na aceitação de que o diálogo com Myrdal pode fortalecer discussões nos diversos campos da economia, sociedade e política, não sendo destoante no trabalho em curso quando se reporta a ideia das políticas públicas provenientes do Estado na condição do *locos* das disputas entre grupos com distintos interesses políticos, na leitura de Borsani (2004), em que são passíveis de reverberação sistematicamente.

Os objetivos do estudo, a rigor, perpassam pela tentativa de analisar os conceitos de Estado e políticas públicas a partir da leitura de Gunnar Myrdal, estabelecendo ligações importantes do autor e demais literaturas, a exemplo da teoria econômica e ciências políticas. Metodologicamente, o artigo procede de uma revisão de literatura e se trata de uma pesquisa explicativa.

Finalmente, este trabalho apresenta mais 3 seções além da introdução. A seguir são pontadas algumas importantes contribuições de Gunnar Myrdal a discussão aqui empreendida; posteriormente, tais contribuições devem ser aplicadas na relação com os conceitos de Estado e políticas públicas diante das distintas literaturas, reservando ao término do estudo o desenho das considerações finais.

## **2. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE GUNNAR MYRDAL**

A seção agora inaugurada, a bem da verdade, tenta recuperar algumas das principais contribuições de Gunnar Myrdal para a discussão da ideia de Estado e das políticas públicas, notadamente, entende-se haver uma conjugação de elementos que o autor admite e essas, peculiarmente, passam a ser passíveis de adoção na

interpretação da realidade atual, a qual deve considerar nuances pertinentes examinadas no item seguinte do trabalho.

Assim, Myrdal (1960) propõe que o papel do Estado é significativo no sentido de contribuir cumulativamente para o fortalecimento dos movimentos propulsores e regressivos do sistema de mercado, isto é, nos países ricos a causação circular assinala haver tendências cada vez maiores em tornar a economia mais robusta, ao passo que tal constatação se configura contrariamente nos países pobres.

Ainda nesse estudo, o autor assevera que as áreas tidas como “subdesenvolvidas” devem sofrer interferência estatal para que haja sinergias internas aos países não desenvolvidos, a saber: garantias de políticas propulsoras via beneficiamento dos diversos setores econômicos, especialmente os transportes e energia, facilitação do ingresso dos bens de capital para a indústria pesada e leve, além da oferta do sistema de saúde e educação com o objetivo de expandir a produtividade dos trabalhadores, sempre favorecendo o fortalecimento do mercado.

Some-se a isso, claramente, que os países “subdesenvolvidos” devem apresentar planos de desenvolvimento econômico, cujo exemplo plausível nas áreas dinâmicas da economia mundial revela uma integração mais contundente, tendências a uma regressiva queda das desigualdades regionais e o acumulativo fortalecimento econômico e social, corolário oposto ao vislumbrado na denominada periferia global, na leitura de Prebisch (2000).

Para Kuznets (1955), via de regra, a situação de desintegração internacional mencionada por Gunnar Myrdal, necessariamente, perpassa pela construção da chamada curva de Kuznets consistente com a ideia de que há flagrantes divergências mundialmente, cuja solução do problema repousa no aumento da taxa de poupança das zonas pobres do globo para que se eleve as inversões e, tendencialmente, ocorra uma redução das distâncias entre países ricos e pobres.

Entrementes, Myrdal (1967) assinala cumulativamente a ampliação das assimetrias internacionais pelo princípio da causação circular enquanto aporte válido, ou seja, nas áreas desenvolvidas os capitais financeiros apresentam menor sensibilidade quanto às fugas eventuais, padrões de rendimento da população mais elevados e adequados a um consumo significativo, perspectivas dos investimentos privados em volumes auspiciosos, afinal, salta aos olhos o fortalecimento das expectativas favoráveis aos movimentos propulsores positivos.

Assim, Krugman e Obstfeld (2005) quando analisam a experiência europeia de união monetária, categoricamente, descrevem o modelo das áreas ótimas que traduzem haver liberdade plena quanto à mobilidade dos fatores de produção (capital e trabalho), cujo fator capaz de favorecer tal dinâmica de trânsito corresponde ao sistema de preços manifestos nos retornos sobre o capital e os salários, proporcionando o alcance do equilíbrio regional.

No entanto, Myrdal (1960) mostra que a ênfase precedente somente se dá pela via interventora estatal, quer dizer, o sistema de preços funciona mediante a participação do setor público em gerar sinergias plausíveis no interior de cada país. Entretanto, o equilíbrio regional, contundentemente, não é atingido devido a sustentação da hipótese de causação circular e acumulativa aqui apontada, apenas havendo a possibilidade da redução da desintegração internacional em favor das áreas “subdesenvolvidas” com a atuação estatal e, claramente, o tendencial equilíbrio não se constata.

Acrescente-se a tais elementos a compreensão de Serrano (2001), o qual sustenta que a prerrogativa da intervenção se dá no chamado processo de liderança da demanda, isto é, o ente governamental deve gerar efeitos favoráveis economicamente através da realização dos denominados gastos improdutivo, estabelecendo uma importante vinculação com os aspectos aqui apontados na percepção de Myrdal.

Seguindo esse raciocínio, Myrdal (1967) mostra que há uma antítese entre integração nacional e internacional, ou seja, como o padrão de desenvolvimento dos países é bastante assimétrico, o autor revela haver um nacionalismo econômico no sentido da não plena liberdade do funcionamento dos mercados e, na verdade, ocorre um desequilíbrio das instituições supranacionais corolários de tratamentos internacionais diversos.

O significado disso, a rigor, preconiza perceber que o protecionismo econômico, a defesa dos valores nacionalistas, a própria política de Estado nacional expressa no câmbio, dentre outros, sinalizam o reforço acumulativo da desintegração entre países e, conseqüentemente, repousa tal assertiva no interior de cada porção territorial, sublinhando admitir desequilíbrios regionalmente, conforme Myrdal (1960).

No estudo de Gunnar Myrdal “Perspectivas de uma economia internacional”, mais precisamente, nota-se subsídios plausíveis para explicar casos de acordos multilaterais supranacionais, cujo exemplo da Zona do Euro, região unida

comercialmente, institucionalmente e, inclusive monetariamente, excetuando poucos membros que não aderiram o Euro como moeda. Assim, tal cenário permite evidenciar que a aparente liberdade dos fatores e, similarmente, simetria quanto ao peso político nas tomadas de decisão entre os componentes do bloco, claramente, mostram haver ainda na União Europeia a desintegração internacional.

Esse ponto, notadamente, revela que os acordos existem, pelo menos na grande maioria dos casos, no momento de estabilidade econômica e os interesses tendem a uma certa equalização. Entretanto, na instabilidade cíclica da economia capitalista, categoricamente, é bastante palpável assinalar a atribuição do fator político em última análise como elemento capaz de impactar difusamente nas variáveis econômicas, a saber: terreno fiscal, mobilidade dos fatores capital e trabalho, reverberações sobre o sistema bancário nacionalmente, dentre outros.

Afinal, Myrdal (1960; 1967) possibilita compreender que no contexto da economia, do ponto de vista regional, ou internacional, o que fica claro é a questão das diferenças interespaciais, cujo movimento se reforça cumulativamente, principalmente nos momentos de instabilidade da economia capitalista, onde Minsky (1986) pode contribuir no sentido desse sustentar a ocorrência de uma tendência próspera sucedida pela crise, as quais se relacionam com os sobressaltos econômicos financeiros.

O significado do antes exposto, claramente, trata da ideia da instabilidade como prerrogativa bastante comum ao sistema capitalista, o qual descreve de forma cíclica os momentos prósperos ou turbulentos, onde o terreno das expectativas orienta cumulativamente o ciclo positivo ou negativo, sendo no campo financeiro atualmente a maior reverberação de tais processos econômicos antagônicos.

Outro ponto associado a esses aspectos, na verdade, Myrdal (1965; 1967) indica haver na crítica às teorias do comércio internacional contextos de flagrante “irrealismo”, isto é, o autor nos trabalhos mencionados afirma que a liberdade quanto à movimentação dos fatores não adquire a conotação de liberdade sugerida pelos modelos de orientação ortodoxos, ao contrário, como há evidentes assimetrias nos padrões de desenvolvimento, similarmente, as desigualdades interespaciais são repercussões tendenciais aos ambientes econômicos mundo a fora.

Após os corolários precedentes, torna-se cabível considerar a discussão de Gunnar Myrdal para questão das teorias sociais presentes na coletânea “O valor em

teoria social”, cuja preocupação central a análise em curso, a rigor, perpassa pela tentativa de resgatar outro conjunto de contribuições, claramente, tais resgates não assinalam maiores aprofundamentos dado a pretensão do ensaio em sistematizar itens do autor supracitado e examinar conceitos como Estado e políticas públicas provenientes da articulação teórica aqui esmiuçada.

Assim, o autor sustenta que a teoria social, por vezes, assinala uma aceitação da política social para resolver problemas particulares e, no entanto, o quadro geral de análise prever leituras mais amplas capazes de perpassar pela nuance explicativa repousante por diferentes cenários caracterizadores dos problemas da sociedade observados, a exemplo do desemprego, inflação e a ilusão monetária, o racismo entre negros e brancos, o tipo de ensino ofertado nas escolas primário e secundário, etc.

Com efeito, o texto “O valor em teoria social”, inicialmente, traz uma discussão sobre a relação entre prognóstico e programa, onde o último corresponde às ações governamentais exercidas diante da sociedade, reservando ao prognóstico reverberar influências em torno do ambiente considerado, modificando-se mediante as variações que a economia sofre e sublinhando novos dados para serem observados para a implementação dos programas.

O significado disso, particularmente, revela que a formulação e execução de um programa depende dos prognósticos e esses, por sua vez, do resultado dos programas, sinalizando uma interdependência de ambos, acentuando para a teoria social elementos importantes no sentido das repercussões que políticas públicas do Estado podem produzir socialmente, as quais geram, provavelmente, movimentos acumulativos.

Afinal, o estudo aqui apontado, por extensão, admite a questão dos negros e brancos nos Estados Unidos da América, demonstrando, similarmente, que há tendência circulares causais acumulativas, quer dizer, o padrão de vida desses grupos de indivíduos com características étnicas distintas revela condições assimetricamente reforçadas ao longo do tempo, alargando tais antagonismos sociais.

Assim, Myrdal (1965) apresenta uma contribuição profunda na análise da teoria social e das políticas sociais, isto é, o Estado deve propor políticas capazes de gerar interferências no curso natural da economia com o objetivo de corrigir as distorções, reservando para o terreno científico o papel de perceber não uma tendência de equalização das relações contraditórias repousantes sobre a sociedade, na verdade,

ocorre uma ampliação das diferenças cumulativamente, grupos ricos aumentam as distâncias frente aos mais pobres como consequência do enfatizado processo.

Acrescente-se a tais aspectos, necessariamente, o que Myrdal (1997) preconiza em termos da teoria da finança pública, isto é, a realização das políticas propulsoras depende contundentemente, da questão da gestão tributária e as formas de aplicabilidade dos impostos na sociedade, cuja análise do autor prever discussões repousantes sobre os princípios da capacidade e benefício.

A perspectiva fiscal, a rigor, permite observar que o Estado enquanto ente público e agente determinante aos movimentos econômicos e sociais, categoricamente, procede uma distribuição da renda entre grupos mais ou menos fortes do ponto de vista do poder aquisitivo, onde a capacidade de pagamento indica que quem possui maiores rendimentos ou patrimônio paga mais imposto e vice-versa.

Já o princípio do benefício, o qual é associado ao tendencial favorecimento das classes sociais menos beneficiadas economicamente, o que ocorre perpassa pelo repasse estatal dos tributos recolhidos aos antes enfatizados em forma de transferências diretas aos agentes privados, oferta de bens públicos e, conseqüentemente, a tentativa de reduzir as assimetrias sociais, discussão essa desenvolvida por Myrdal (1997).

Portanto, esta seção sinaliza que Gunnar Myrdal, em linhas bastante gerais, adverte via contribuições aqui evidenciadas haver uma tendência social, econômica e política compatível com o alargamento das assimetrias cumulativamente, seja no terreno das relações internacionais, ou no campo das questões étnicas e/ou fiscais, de sorte que a premissa metodológica do autor traça as principais explicitações dignas de ressalva e, conseqüentemente, lançando prerrogativas relevantes para uma leitura atual de Myrdal no plano do Estado e das políticas públicas na perspectiva do estabelecimento de vínculos com outros autores.

### **3. LEITURA DE GUNNAR MYRDAL A PARTIR DE DIFERENTES VISÕES**

A seção que se inicia, via de regra, procura sistematizar alguns comentários no sentido de colocar em contato Gunnar Myrdal e um conjunto de outros autores, tendo como principal preocupação estabelecer relações analíticas sobre pontos ligados ao Estado e as políticas públicas, trazendo a contribuição que a leitura do autor central deste ensaio pode assinalar para as categorias fundamentais do estudo em curso.

Nessas circunstâncias, um primeiro aspecto perpassa pela ideia de Estado, onde Poulantzas (1977) entende ser uma instituição social autonomamente relativa diante das classes, ou essas atravessam o Estado na perspectiva das classes exercerem influências sobre a instância estatal, cuja classe dominante (capital) tende a produzir maiores reverberações nas tomadas de decisão do Estado em detrimento da classe dominada (força de trabalho).

Já Offe (1984), categoricamente, oferta o conceito de seletividade estrutural em que há políticas favoráveis e desfavoráveis ao capital. Adicionalmente, indica o conceito de partidos competitivos associados a ideia da representação ideológica no interior do parlamento, uma vez que o Estado, na leitura de Poulantzas (1980), é reconhecido como um aparelho formado pelo executivo, legislativo, judiciário, forças armadas, dentre outros, conformando uma percepção bastante abrangente desse apontamento teórico.

Os autores supracitados, a rigor, mostram que o Estado requer diversas possibilidades no sentido da identificação da origem das políticas desenvolvidas e direcionadas aos distintos grupos, tornando mais robusta a interpretação de Myrdal (1960). Isso quer dizer que beneficiar o mercado, saindo da perspectiva irrealista da liberdade plena mercantil, o fato é que há necessárias intervenções para haver cumulativamente fortalecimento de tendências propulsoras e não regressivas.

Partindo da leitura de Estado, torna-se cabível recordar que a economia capitalista envolve não somente relações de mercado produtivas e que são capazes de repercutir no próprio Estado. Entretanto, o terreno financeiro se reveste de uma face central do sistema capitalista, o qual suscita elementos passíveis de uma volatilidade comportamental das expectativas dos agentes substancialmente superior ao vislumbrado na perspectiva tangível mercantil.

Com efeito, Minsky (1986) sustenta que na fase próspera da economia capitalista, os agentes envolvidos por expectativas plausíveis procuram ampliar as aquisições de ativos financeiros visando maiores retornos, denotando um contexto capaz de ampliar as perspectivas cíclicas sistematicamente da economia, pois bancos emprestam mais, expandem-se inversões privadas produtivas, aumentam os ímpetos de consumo, além do recolhimento tributário ser tendencialmente maior, etc.

Tal desenho, na verdade, pode estar associado, ainda que de forma não direta e sim como decorrência desta análise, a ideia da curva de Kuznets, onde o autor proponente desse aporte teórico e antes enfatizado sustenta que os países devem

crescer mais rapidamente via aumento da taxa de poupança agregada, ou seja, o horizonte dos investimentos é favorável e, conseqüentemente, permite ampliar a capacidade instalada da economia, criando um ciclo bastante positivo e, portanto, repercutindo pelo Estado mediante políticas propulsoras.

Finalmente, entende-se haver na fase próspera condições salútares para o enquadramento político no interior do Estado no sentido da aprovação e implementação de políticas presentes na agenda governamental, a partir das leituras de Borsani (2004) e Lopreato (2007), asseverando ser pertinente a hipótese da causação circular e acumulativa, havendo, no entanto, uma possibilidade de inflexão passível de discussão.

Assim, Minsky (1986) demonstra que na fase entendida como crise, os agentes passam a vender ativos financeiros, o choque expectacional desfavorável produz redução nos empréstimos bancários, queda nas inversões privadas e diminuição no consumo, fazendo cair o recolhimento tributário e piorando as condições fiscais tendencialmente, cuja consequência parece ser a repercussão política.

Ressalte-se, por sua vez, que o cenário precedente faz ampliar os conflitos entre classes no enquadramento orçamentário, o qual já possui a característica assimétrica classista, onde capital e força de trabalho reúnem interesses contrários descritos em tal perspectiva no estudo de O'Connor (1977), sendo reforçado, em uma leitura não marxista na análise de Myrdal (1997) que percebe haver os conflitos como corolário da dinâmica até então discutida.

Afinal, independentemente das fases cíclicas do sistema capitalista, o que é fato decorre de uma tendência causal e acumulativa defendida por Gunnar Myrdal, sendo essa uma interpretação da economia e inclusive na perspectiva internacional, tornando-se cabível fazer uma incursão pela teoria social e as políticas sociais.

Nesse sentido, Myrdal (1965) identifica, no enquadramento metodológico por ele desenvolvido, o consagrado problema racial entre negros e brancos nos Estados Unidos da América, ou seja, grupos etnicamente distintos apresentam padrões de vida completamente diferentes, cujos brancos paulatinamente melhoram suas condições de existência e, opostamente, os negros exibem níveis de consumo, condições sanitárias, dentre outros, bastante inferiores e gradualmente piores, deflagrando uma assimetria contundentemente significativa.

A assertiva precedente, a rigor, decorre de uma sistemática de análise relacionada com a hipótese da causação circular e acumulativa, a qual demonstra haver um distanciamento contínuo dos padrões de desenvolvimento, demandando, provavelmente, a formulação de programas pautados nos prognósticos advindos da realidade social tão adversa pelos grupos étnicos apontados no texto de Gunnar Myrdal “O valor em teoria social”.

De fato, tal resgate metodológico, sem dúvida, pode ser aplicado em inúmeros problemas presentes na sociedade e economia atuais, por exemplo, Soares (1995) discute um desajuste social, particularmente na América Latina e Brasil, nas últimas décadas do século XX, sendo esse movimento proveniente dos sobressaltos da economia fruto da ideologia neoliberal, onde o aumento das desigualdades reforçam gradativamente o hiato entre ricos e pobres, acentuando a análise causal e acumulativa circular de Myrdal nos distintos trabalhos aqui salientados.

Com efeito, a relação social, necessariamente, reproduz um conflito pautado na chamada luta de classes, a partir da leitura de Poulantzas (2008), em que capitalistas e trabalhadores procuram seus interesses, reservando ao Estado reverberar sua atuação no sentido da consecução das políticas, podendo se manifestar em econômicas, sociais, dentre outras, cuja preocupação fim é assinalar quão mais ou menos inclinado ao capital se expressa o Estado (autonomia relativa).

Portanto, a questão social traduzida por Brunhoff (1985), categoricamente, procede da percepção de que a política social se explicita como de emprego ou salarial, isto é, a autora compreende a participação estatal na condição daquele agente capaz de garantir a denominada reprodução social firmada em bases vinculadas a tentativa de reduzir diferenças sociais, as quais descrevem sinalizações bastante desintegradas.

Assim, Gunnar Myrdal traça contornos de causação circular e acumulativa que tendem a interpretar a leitura da autora supracitada, quer dizer, a suposição de desintegração no sentido de haver desigualdades sociais, tão somente, deve sublinhar uma diminuição das assimetrias via participação do Estado, em outras palavras, os autores mencionados concordam na perspectiva do ente estatal ser o agente passível de reverter tendências cumulativamente alargadoras das distinções na sociedade atual.

Seguindo esse raciocínio, a compreensão de Estado e políticas públicas aqui acentuada, na verdade, requer da inclusão dos princípios da capacidade e benefício

ligados ao contexto da finança pública assinalados por Myrdal (1997), categoricamente, a percepção de que o Estado, tanto pela formulação das políticas econômicas ou as sociais, o que é ponto pacífico corresponde ao poder de financiamento das mencionadas políticas e seu planejamento exequível nos prazos adequadamente estabelecidos.

Nesse sentido, o princípio da capacidade de pagamento, ao menos tendencialmente, deveria resolver qualquer tipo de distorção no terreno do financiamento das políticas públicas em decorrência do aspecto de quem o imposto é proporcional ao poder aquisitivo, pois o mercado enquanto instância requer volumes substancialmente maiores para fazer frente às demandas do capital, cuja comprovação teórica O'Connor (1977) demonstra ao admitir pela diferenciação de classe na composição orçamentária consistente com um peso relativamente mais expressivo repousante sobre os ombros capitalistas.

Tal condição, via de regra, agrava-se contundentemente através da constatação de um sistema tributário fortemente regressivo, o qual se reverbera como exemplo plausível no Brasil, onde Salvador (2008) preconiza haver elevados benefícios fiscais para os grandes conglomerados capitalistas, geralmente internacionais, demonstrando aplicabilidades significativamente importantes principalmente na periferia econômica mundial.

O argumento anterior, que pode ser assistido teoricamente por Prebisch (2000), assume distorções ainda mais representativas quando se trata de países não desenvolvidos, pois esses são dependentes tanto dos capitais produtivos de longo prazo quanto e, provavelmente mais relevante na perspectiva financeira global no curto prazo, de maneira que o cenário descrito sinaliza haver um modelo atual explicativo proveniente de Gunnar Myrdal tangente ao até então observado neste ensaio.

A percepção precedente, na verdade, preconiza assinalar que o contexto econômico capitalista traz como caráter fundamental o fato das flagrantes assimetrias internacionais, cuja consequência extraída de Myrdal (1967) é a tendencial desintegração mundo a fora, demonstrando que do Estado deve decorrer a formulação e aplicação de políticas públicas, em que por um lado dinamizem o mercado e por outro atenuem distorções sociais, alcançando resultados plausíveis ao aqui discutido.

As deferências prévias, particularmente, indicam que os princípios apontados sinalizam uma não solução dos problemas aqui elencados, entretanto, os sobressaltos econômicos, geralmente direcionados ao capital, reproduzem a insatisfação dos princípios devido as distorções capitalistas sistematicamente, demonstrando que Gunnar Myrdal traz conceitos importantes, porém, esses carecem de vinculações com outras literaturas para que seu poder explicativo seja alcançado.

Finalmente, as contribuições de Myrdal não se resumem àquelas evidenciadas no estudo aqui postado, ao contrário, os apontamentos revelam nuances pertinentes constantes na literatura para enquadrar o autor central da pesquisa, salientando o corolário essencial da investigação e sublinhando as expectativas explícitas nos objetivos já demonstrados no início do trabalho e apontando pelos achados quão importante se reveste a compreensão do autor na interpretação econômica, política e social.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma vez tendo desenvolvido esta pesquisa essencialmente teórica, a qual trouxe como objetivos a análise dos conceitos de Estado e políticas públicas, cuja leitura de Gunnar Myrdal e sua vinculação diante das demais literaturas econômica e das ciências políticas apontaram pertinentes resultados passíveis de ressalva.

De fato, constatou-se que o princípio da causação circular e acumulativa permitiu examinar o problema da desintegração internacional e o racismo, quer dizer, o aporte teórico de Myrdal teve prerrogativas importantes na análise mencionada, especialmente na perspectiva da discussão de Estado e políticas públicas, pois a contribuição do autor fez com que a vinculação diante das diferentes literaturas possibilitasse indispensáveis relações.

Nesse sentido, os aspectos apontados, claramente, indicaram nuances em que a política econômica proveniente do Estado tendeu a reforçar o mercado, desintegrando a economia internacional cumulativamente, além de gerar pelos princípios da capacidade de pagamento e benefício meios do alcance da redução das assimetrias mundo a fora, não atingindo o equilíbrio e sim, no limite, uma diminuição possível.

Dessa forma, a questão social, categoricamente, apresentou características assimétricas semelhantes ao vislumbrado economicamente, onde a política social

exerceu o papel de atenuadora de tais diferenças, revertendo eventuais distorções na sociedade capitalista através da combinação da política de emprego e renda capaz de reduzir as desintegrações sociais, a exemplo dos movimentos raciais demandantes da intervenção estatal para fazer cair as distinções enfatizadas entre negros e brancos, especificamente nos Estados Unidos, conforme descrição de Gunnar Myrdal.

Afinal, o ensaio apontou contornos bastante relevantes e dignos das ressalvas aqui realizadas, sendo necessário, no entanto, em pesquisas futuras considerar atributos empíricos para testar a teoria revisitada nessas páginas, particularmente, recuperando elementos significativos e aplicando na análise dos vários problemas existentes na economia e sociedade, fatos ilustrativos não explorados nesta investigação agora concluída.

## REFERÊNCIAS

BORSANI, H. Relações entre Economia e Política: teoria da escolha pública. In: ARVATE, P. R.; BIDERMAN, C. (Org.). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. P. 103 – 125.

BRUNHOFF, S. de. **Estado e capital: uma análise da política econômica**. Rio de Janeiro: Forence, 1985.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e prática**. São Paulo: Person Addison Wesley, 2005.

KUZNETS, S. **Economic Growth and Income Inequality**. The American Economic Review, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.

LOPREATO, F. L. C. **A Política Fiscal Brasileira: limites e entraves ao crescimento**. Instituto de Economia/UNICAMP. n 131, agosto. 2007.

MINSKY, H. **Stabilizing an Unstable Economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

MYRDAL, G. **Aspectos políticos da teoria econômica**. São Paulo: Nova Cultural LTDA, 1997.

MYRDAL, G. **O VALOR EM TEORIA SOCIAL**. Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

MYRDAL, G. **Perspectivas de uma economia internacional**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

O'CONNOR, J. **USA: a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

POULANTZAS, N. O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, p. 105-129, 2008.

PREBISCH, R. "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns dos seus principais problemas". In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **"Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL"**. Cepal-Record, v. 1. 2000.

SALVADOR, E. S. **Fundo Público no Brasil: financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007)**. 2008. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

SERRANO, F. Acumulação e Gasto Improdutivo na Economia do Desenvolvimento. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Orgs.). **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOARES, L. T. R. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina**. 1995. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

**Recebido em: abril de 2020**

**Aceito em: agosto de 2021**